



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1752/12	DATA: 06/12/2012
INÍCIO: 18h41min	TÉRMINO: 19h49min	DURAÇÃO: 01h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h08min	PÁGINAS: 28	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

Coronel QOPM KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA – Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
Tenente-Coronel QOPM MARCUS FERREIRA – Vice-Presidente do Instituto de Segurança da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
Coronel QOPM Sebastião José de Alcântara – Assessor Parlamentar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.
Major QOPM PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA – Chefe do Comando de Policiamento Pacificador – CPP.
1º Tenente QOPM CLAYTON HELAL ALVARENGA – Chefe da Seção de Operações, Instruções e Planejamento do Batalhão de Polícia de Turismo – BPTUR da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Discussão sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Estado do Rio de Janeiro.
Há oradores não identificados.
Há palavras e expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone inaudíveis e ininteligíveis.
Grafias não confirmadas: PO; AP.
Fez uso da palavra durante a reunião a Sra. Ana Elisa Banhattto Correia, assessora do Deputado Jean Wyllys.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...audiência no Comando-Geral da Polícia Militar do Rio Janeiro. O Comandante Erir Ribeiro não pôde estar presente, mas designou a Coronel Kátia, que é a sua chefe de gabinete; Major Patrícia, que é Coordenadora do PROERD — Programa Educacional de Resistência às Drogas; o Tenente-Coronel Marcus, que é do Instituto de Segurança Pública; o Coronel Alcântara, que é da Assessoria Parlamentar da PM; e o Primeiro-Tenente Alvarenga, do BPTUR.

A CPI da Exploração Sexual do Turismo e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes está traçando um diagnóstico em todo o Brasil da condição em que vivem crianças e adolescentes vítimas da exploração e do abuso sexual. Nós partimos do abuso também, porque, através do abuso sexual, essas crianças são colocadas em condições às vezes de exploração sexual infanto-juvenil, às vezes explorada pela própria família, ou porque às vezes fogem do seu lar e vão para as ruas. E, chegando às ruas, são aliciadas às vezes pelo tráfico de drogas ou por algum agenciador que às vezes é conectado a alguma rede. E essas redes são muito organizadas, são invisíveis. Nós não conseguimos ainda detectar quem são esses aliciadores através... Tem o serviço de investigação. Quando se sabe que existe uma rede dessa, ela é logo desbaratada, mas existem aqueles clandestinamente que fazem com que as nossas crianças e adolescentes sejam explorados às vezes em casas de prostituição, às vezes em casas alugadas para fins da prática da exploração sexual infanto-juvenil.

Então, nós estamos aqui para saber do Comando-Geral da Polícia Militar quais são as ações que vocês têm trabalhado mais na questão da criança e do adolescente, com os grandes eventos que estão para acontecer, se vocês já têm algum planejamento para cidade junto ao Governo do Estado nessa questão. E também na questão do combate às drogas, que nós estamos vendo muitas crianças, principalmente no Rio de Janeiro, vítimas do *crack* que estão sendo exploradas sexualmente. Se vocês têm um tipo de abordagem especial para esse público, e como a Polícia Militar age nesse sentido, quando encontra uma criança em situação de exploração sexual vítima do *crack* ou dessas redes de exploração; como vocês atuam nesse sentido.



Por isso, nós estamos aqui e queremos um diagnóstico. Nós estivemos no Disque-Denúncia. O Disque-Denúncia tem uma parceria com o Disque 100 e vai começar a fazer também agora uma grande campanha na questão do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes para que o Disque-Denúncia não seja só colocado na mídia para que se denuncie traficante, assassinos, procurados pela Justiça, mas que tenha uma identificação maior com as famílias. Isso vai humanizar bastante também o Disque-Denúncia. E as pessoas, eu acredito, que vão fazer mais uso do Disque-Denúncia que está mais próximo. Eles falaram que têm uma parceria grande com vocês, que imediatamente, quando eles têm algum tipo de denúncia nesse sentido, vocês são acionados e que vocês são parceiros nessa questão.

Nós temos algumas demandas tanto do Ministério Público quanto de todas as polícias, que não há um entrosamento, não há uma conexão, um banco de informações para que se possa combater mais crimes contra crianças e adolescentes, até dos serviços, quando vocês às vezes pegam uma criança nessa situação, para onde levar, se vai levar para o Conselho Tutelar, se vai levar para um abrigo. Não sabem ainda os serviços que esses órgãos têm para oferecer à criança e ao adolescente.

Então, nós sabemos que há uma grande dificuldade nesse sentido. Sabemos que também não é uma atribuição da Polícia Militar, mas sabemos que vocês são braço direito nesse sentido, que vocês estão nas ruas fazendo a segurança da população.

A SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - Bom, inicialmente eu gostaria de dizer à senhora justamente por onde a senhora terminou a sua fala.

A Polícia Militar está nas ruas com o policiamento ostensivo e o policiamento preventivo. Então, à medida que a gente identifica, a gente encontra uma criança, um adolescente nessas condições a gente faz a condução até a delegacia. Nós temos delegacias especializadas que tratam da criança e do adolescente. Então, como a gente estava falando, isso aí, esse tipo de delito não fica à vista. Você não encontra pelas ruas essa criança sendo explorada sexualmente. Você precisa realmente fazer uma investigação através de uma denúncia ou alguma notícia que a gente tenha de alguma prática nesse sentido. E, com a investigação, você vai



chegar até a prisão das pessoas envolvidas. Então, a gente realmente precisa de um trabalho com o apoio da Polícia Civil que vai fazer a investigação.

Na Polícia Militar, nós temos o trabalho do PROERD — que a Major Patrícia vai falar —, em que buscamos preventivamente fazer com que as crianças não se envolvam com as drogas. Mas aí ela detalha para senhora. E o Coronel Marcus tem uma estatística, um trabalho que foi feito de como essas crianças se envolvem com a exploração sexual. E isso tem muito a ver com a família, com pessoas conhecidas. E, ele passando esses detalhes para a senhora, a senhora vai entender porque a Polícia Militar tem essa dificuldade de identificar esses casos.

Mas, toda vez que nós somos acionados, imediatamente nós vamos ao local. Nos nossos cursos de formação, a gente trabalha com esse tema voltado para a abordagem das crianças, principalmente direitos humanos, grupos vulneráveis que a gente fala. Então, a gente vai fazendo um trabalho de acompanhamento. Mas a Polícia Militar, estando nas ruas e se deparando com uma situação nesse sentido, vai conduzir inicialmente para as delegacias. Então, o Coronel Marcus faz uma panorâmica da estatística e depois a Patrícia fala. O Alvarenga trabalha no Batalhão de Turismo. Então, ele vai falar para a senhora a experiência que tem, de como ele se depara com essas situações, não é Alvarenga? Ele já me antecipou alguma coisa, mas vai falar e a gente divide os tópicos. E a senhora fica com uma coisa mais especificada.

Marquinho.

O SR. MARCUS FERREIRA - Boa tarde.

O Instituto de Segurança Pública é uma autarquia do Estado do Rio de Janeiro vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública. E nós somos incumbidos de fazer toda essa parte da estatística de segurança pública no Estado. A gente fez rapidamente lá uma puxada de dados, a senhora pode até acompanhar aqui ou levar. Aí estão só os delitos de cunho sexual em que a criança e o adolescente foi vítima. Então, a gente está comparando 2010 com 2011, que são dois anos fechados, mas, se a senhora necessitar de dados de 2012, a gente tem também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Parciais, não é?

O SR. MARCUS FERREIRA - Sim, ainda parciais. até outubro já dá para tirar.



São números altos para estupro, mas a senhora vê que está havendo aí... No estupro, houve aí um aumento de 4,9, de 2010 para 2011. Por outro lado, a corrupção de menores e o ato obsceno teve queda. Daí para baixo são números até bem baixos. A casa de prostituição, o favorecimento da prostituição está em queda. Ou aí, no caso da casa de prostituição, número até meio que irrisório, de zero para dois. Para um ano, eu acho que... Considerando que é do Estado inteiro do Rio de Janeiro, a gente vê que os números não estão... A situação, fora o estupro aí que é bem alto...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O estupro e aqui também o rufianismo, que é fazer uso da prostituição, não é? Mas aqui seria infantil ou a prostituição...

O SR. MARCUS FERREIRA- Criança e adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Aqui só...

O SR. MARCUS FERREIRA - Aí só tem vítimas crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Crianças e adolescentes.

O SR. MARCUS FERREIRA - Eu escutei a senhora falando sobre...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Agora, o estupro aqui diminuiu, mas ainda continua alto.

O SR. MARCUS FERREIRA - Está alto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Deus meu!

O SR. MARCUS FERREIRA - Está alto, sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Que é isso? É assustador! Isso, em 2010, para vocês terem uma noção... Depois, se vocês puderem fazer uma... Depois, eu vou dar para vocês para levar para (*ininteligível*). O estupro, em 2010, foram 3.164 casos.

O SR. MARCUS FERREIRA - Vítimas. Vítimas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Vítimas, mesmo. Apurados já os casos que foram as vítimas aqui.

O SR. MARCUS FERREIRA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Em 2011, 3.320.

O SR. MARCUS FERREIRA - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E aí teve um...



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É, 4,9%... *(ininteligível)* aqui foi...

O SR. MARCUS FERREIRA - Cento e cinquenta e seis casos a mais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Cento e cinquenta e seis casos a mais. E foi o que diminuiu. Mas, que loucura!

O SR. MARCUS FERREIRA - É.

A SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - É, mas quando ele detalha ali a estatística, a senhora vai ver que muitos desse tipo de crime acontecem dentro das casas. E é nas famílias, então...

O SR. MARCUS FERREIRA - É, é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então é abuso sexual intrafamiliar. O estupro aqui...

O SR. MARCUS FERREIRA - Não, aqui é...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É isso que eu gostaria de saber...

A SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - *(Inaudível.)* A Polícia Militar não pode nem... Não, é porque, ele tem ali um estudo que esse estupro, na maioria dos casos — ele vai te dar o percentual — acontece dentro das residências. Então, nesse caso, o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil fica mais difícil, porque, quando você descobre, o fato já aconteceu. Você não tem como evitar, como prevenir. Por isso esse número assustador. E muitas vezes há o envolvimento de pessoas da família, amigos e conhecidos. Mas ele tem essa informação. Ele vai passar para a senhora.

O SR. MARCUS FERREIRA - No caso do estupro, a gente fez um detalhamento aqui... Na verdade, isso aqui eu estou aproveitando... Até o final do ano, a gente estará lançando um dossiê sobre crianças e adolescentes. Então, se a senhora deixar um contato, eu posso mandar por *e-mail* para a senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Sim. Claro.

O SR. MARCUS FERREIRA - Até o final do ano, sairá, com certeza. E, no detalhamento aqui sobre estupro, 77% dos casos, no interior de residência. Setenta e sete por cento. Só 8,6, 9%, na via pública. Agora, o mais grave é quando a gente



pega o total de estupro do Estado: 68% são de crianças e adolescentes. Do total de estupros, 68% são de crianças e adolescentes, e a questão familiar, que a Coronel Kátia citou, 38% desses estupros de crianças e adolescentes são por parentes. O acusado tem grau de parentesco com a vítima.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Meu Deus, tem que fazer um trabalho com as famílias, hein?

O SR. MARCUS FERREIRA - Sim. Desconhecidos, estupros por desconhecidos, 22%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Por desconhecidos, 22%.

O SR. MARCUS FERREIRA - Desconhecidos, 22%. Tem aqui, 20%, 22% também, que são sem informação, então a gente não sabe.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não tem como.

O SR. MARCUS FERREIRA - Mas, dentro do que se sabe, 38%, parentes.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Jesus!

O SR. MARCUS FERREIRA - E quando a gente associa isso aí a 77% dentro de casa, é uma coisa que...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É assustador.

O SR. MARCUS FERREIRA - E foge à capacidade de prevenção, principalmente da Polícia Militar. É uma coisa que quase que só resta a repressão, porque dentro de casa... É complicado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É. Agora o senhor teria assim uma faixa etária para esses casos de estupro?

O SR. MARCUS FERREIRA - Tem faixa etária. De 5 a 9 anos,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Meu Deus!

O SR. MARCUS FERREIRA - ...28% dessas vítimas de estupro; de 10 a 12, 22%; e de 13 a 15, 27%. As outras faixas têm números menores.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - De 13 a 15?

O SR. MARCUS FERREIRA - De 13 a 15 anos, 27%.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, dá para ver aqui que, numa média, o que agrada a esses abusadores, talvez porque haja menos resistência, é de 5 a 9, e, talvez por... Ficou meio assim, quer dizer, comparando, de



13 a 15 está com 27%, não é? Então, aqui, menos resistência; e, aqui, que é maior resistência...

O SR. MARCUS FERREIRA - Não sei. Talvez chame mais atenção, não sei, não sei.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Chame mais atenção.

O SR. MARCUS FERREIRA - A gente tem, nessas vítimas, 81% do sexo feminino, e, 18%, do sexo masculino. A partir da mudança da lei passou a existir o estupro do sexo masculino também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Dezoito por cento é masculino.

O SR. MARCUS FERREIRA - Masculino. E tem um resíduo aqui sem informação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Assustador!

O SR. MARCUS FERREIRA - É. A gente começa a ver essas coisas assim e fica assustado mesmo. Estupro de 5 a 9 anos. Tem 12% de zero a quatro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nesses casos, aqui, na casa de prostituição, foram casos que vocês encontraram, de menores de idade, não é...

O SR. MARCUS FERREIRA - Sim, isso aí são...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...adolescentes trabalhando, foi o que nos falou.

O SR. MARCUS FERREIRA - Sim! ...São títulos da Polícia Civil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Hã, hã...

O SR. MARCUS FERREIRA - Isso aí é tudo baseado em registros de ocorrência, lavrados na Delegacia de Polícia Civil. Com certeza, a grande maioria levada pela PM.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O que chegou, não é?

O SR. MARCUS FERREIRA - Mas depois de acionado, porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Assédio sexual aumentou também. Ato obsceno... Só no ato obsceno, aqui, é que teve uma diminuição: menos quatro casos. Está equilibrado, ali. E esses, também...

O SR. MARCUS FERREIRA - A senhora...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Porque tem muito agora o negócio da internet. A internet, hoje em dia, descaracteriza muito esse ato.



E vocês têm alguma denúncia, assim, de caso...

O SR. MARCUS FERREIRA - A questão... Quando se fala de estupro, a gente pensa naquele conceito antigo do estupro, que era a conjunção carnal, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Hum, hum...

O SR. MARCUS FERREIRA - Hoje, o estupro já não é mais só a conjunção carnal. Então, eu, por exemplo, fui fazer uma estatística do Rock in Rio e achei um estupro dentro da... Como é que alguém foi estuprado dentro da..., porque na minha cabeça só vinha o estupro antigo. Aí, foi: um grupo de rapazes que... cercaram uma menina e passaram a mão nela, e já configura estupro. Então, a gente... Quando a gente vê estupro, também, agora, a gente tem que... tem um... O espectro do que se considera estupro ficou bem mais amplo.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Mais abrangente.

A SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - Daí esse número grande.

O SR. MARCUS FERREIRA - Acho que um jurista é melhor para explicar isso do que a gente.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Há essa abrangência na nova lei que considera estupro. Ela não considera tão somente a conjunção carnal, ou seja,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Mas atos libidinosos...

(Não identificado) - Qualquer ato que (*ininteligível*)...

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Qualquer ato, qualquer ato...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - (*Ininteligível*)...Principalmente passar mão também configura isso.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Configura isso. E principalmente no aspecto psicológico. O aspecto psicológico pesa muito, ou seja, o quanto aquela conduta traumatizou a criança ou o adolescente. Então isso, vocês não de convir, é difícil mensurar. Cada um tem uma espécie de reação psicológica a esse tipo de conduta. Então, de repente, a pessoa diz: "*Poxa, mas isso não tem nada a ver. Isso foi só um simples carinho*". Será que foi? Será que a criança recebeu isso? Eu não psicólogo, eu não tenho formação em psicologia, minha formação é jurídica. Mas isso tudo é mensurado na reação da criança e do adolescente. Então, essa lei ampliou, e veio em muito boa hora ampliando esse



espectro de conduta, para poder salvaguardar a criança e o adolescente. Porque ficaria, assim, muito difícil comprovar tão somente... quer dizer, ficaria muito fácil comprovar tão somente pela...

(Não identificado) - Pela conjunção carnal...

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - ... pela conjunção carnal. Mas, e antes da conjunção carnal? E tudo aquilo que foi praticado e que invadiu a privacidade da criança ou o do adolescente, que violou a criança ou o adolescente? Isso em matéria de formação psicológica é muito complicado, porque a criança está em formação. Então, a gente vê muito disso. Infelizmente, dentro... Como o próprio Tenente Coronel Marcus frisou, na maioria dos casos, há a confiança, aquele abuso da confiança. Até, ultimamente, 2 dias atrás, a *Super Rádio Tupi* veio noticiando um caso de estupro de uma criança de 11 meses. Então deram a palavra só ao pai da criança. O pai da criança contou a versão dele, mas, agora, a mãe da criança também está sendo chamada, e a gente está vendo que a história não é bem assim. Então, a gente tem que mensurar muito bem isso, porque são coisas que volta e meio acontecem, e me chocam muito!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Bom, com relação à prevenção, o PROERD é um programa que foi criado, em 1983, em Los Angeles, nos Estados Unidos, e veio para o Brasil, através do Rio de Janeiro, em 1992. Em agosto deste ano, nós fizemos 20 anos de existência, com quase 750 crianças atendidas ao longo desses 20 anos, e este ano a gente fecha com quase 130 mil — 750 mil... —, com quase 130 mil crianças atendidas pelo programa, em quase nove mil escolas no Estado do Rio de Janeiro. A missão do PROERD é a prevenção primária. Com relação às drogas, prevenção primária, uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas e atos de violência. Dentro desse objetivo, dessa missão, a gente trabalha em escolas... Basicamente, nosso forte são as escolas públicas e são os policiais, fardados, dando as 10 lições e mais as 7 suplementares. Ao todo, são 17 lições ao longo de um semestre. E o final dessas lições é a formatura. Acabei de vir de uma, agora, em São Gonçalo, com quase 1.500 crianças. É uma festa! É uma festa, é um sucesso. As crianças realmente são apaixonadas pelo instrutor, policial militar.



E essa relação, doutora, é até mais ampla. Eu considero o PROERD como uma verdadeira ferramenta de polícia de proximidade. Então, o nosso trabalho é polícia de proximidade, porque a gente está ali, próximo às crianças, os instrutores estão bem próximos das crianças, ensinando várias lições, a dizer "não" às drogas de uma forma confiante e segura, pra se manter saudáveis. A gente fala sobre a questão dos malefícios da droga no organismo: o álcool, o cigarro, a maconha, o *crack*, a cocaína. A gente fala sobre as bases da amizade, sobre o oferecimento de drogas, como a criança deve reagir, deve dizer não de uma forma segura e confiante, o modelo de tomada de decisão. Então, a gente fala sobre atos de violência, porque a gente não trata só drogas. A gente fala que a criança... Na verdade, a gente forma cidadãos mais conscientes mesmo. Nossa ideia é esta, o objetivo é este: que a criança realmente se torne um cidadão, que ela decida sempre na vida dela, mas sempre procurando uma decisão que a mantenha saudável, uma decisão segura, confiante e que sempre a mantenha saudável.

E essa relação de confiança é tão grande, é tão bonita que, quando a Coronel Kátia: *"Patrícia, você tem alguma lição específica?"* Eu falei: *"Realmente, lição específica sobre a exploração sexual, sobre a questão do abuso, eu não trato"* Mas essa relação de confiança é tão bonita que nós recebemos esporadicamente casos de crianças que se abrem com..., que nunca se abriram com ninguém e se abrem com aquele policial que a encontra toda semana — porque é um encontro, são 17 encontros —, ...a encontra...

Nós tivemos um caso, ano passado, em que uma criança de UPP se abriu com o instrutor PROERD. Ela disse: *"Olha, eu sempre fui violentada pelo meu padrasto."* Mas a criança chegou a um limite. Sabe qual foi? O irmãozinho dela de 3 anos tinha sido violentado; ela viu. E aí foi o limite pra ela, aquilo foi o ponto que ela não aguentou mais, ela transbordou. Aí ela falou com o instrutor PROERD, que é um policial militar.

E a nossa orientação da Coordenação do PROERD, no Rio de Janeiro, é que esse instrutor, ao receber algum tipo de denúncia, como essa, que ele procure a diretora daquela escola. Na verdade, é a autoridade máxima naquela escola. Então, ele procura a diretora, a diretora faz um contato com os responsáveis por aquela criança. A mãe já meio que sabia — era o padrasto, e o instrutor foi junto com a



diretora, com os responsáveis para o Conselho... Aí, a diretora chamou o responsável do Conselho Tutelar. Então, a rotina é sempre essa: a gente faz um contato com a diretora, que chama os responsáveis e o Conselho Tutelar para o local. Porque o policial... A gente inclusive diz: *“Olha, você não tem autoridade para tirar a criança da escola e levá-la para uma delegacia ou ao lugar que seja. Não pode. A diretora é que tem de decidir isso.”*

Então, enfim...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Inaudível)* ...teve acompanhamento nesse caso?

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Tem. Não! Na verdade... Depois, eu não fiz contato com o instrutor pra saber o desenrolar dessa situação. Mas, enfim, a gente toma os procedimentos conforme preconiza, conforme... A gente orienta os instrutores sempre a tomar esse tipo de procedimento. Aí, é lógico, no caso de um flagrante, no caso de, de repente, observar-se uma situação como essa, há as delegacias específicas, as DPCAs, e de repente a gente pode encaminhar a criança.

Inclusive, doutora, eu queria até deixar claro que, dentro da questão dos direitos humanos — porque eu ainda estou na Coordenação de Direitos Humanos da Polícia Militar, foi nomeada como tal — embora seja uma questão complicada, em 2009, a gente fez uma reformulação das ementas da disciplina de Direitos Humanos tanto do curso de formação de oficiais quanto do curso de formação de praças, ela aborda a questão da atuação policial frente a grupos socialmente vulneráveis. Então, há especificamente a questão da criança e do adolescente, o trato com a criança e o adolescente, a abordagem à criança e ao adolescente e, especificamente em 2009, nós tivemos um curso até com o pessoal a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a ajuda da Força Nacional, aqui no Rio de Janeiro, e nós formamos, salvo engano, 42 policiais militares multiplicadores em atuação policial frente a grupos socialmente vulneráveis. E esse curso foi bacana porque produziu uma cartilha — infelizmente eu não estou com ela aqui —, a cartilha da SENASP que mostra como deve ser a atuação policial frente a grupos específicos. E a gente trabalha...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Ininteligível.)*



A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Eu mando para a senhora.

E a gente trabalha especificamente a atuação com relação às mulheres, à criança, aos adolescentes, aos idosos, a questão do preconceito raça e cor, a questão LGBT, a questão do homossexualismo. Enfim, é bacana porque trouxe essa questão.

E eu sei também que especificamente na academia e no centro de formação, no curso de formação de soldados, a gente trabalha também... Na academia há a questão das legislações específicas. Então, trata-se a questão da legislação da criança e do adolescente também, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que é um documento internacional, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, orientando inclusive como deve ser feita a atuação nesses casos do trato com a criança e com o adolescente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O PROERD atende a crianças em que faixa etária? A partir de que idade?

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - A gente trabalha com a educação infantil... Nós trabalhamos com cartazes, abordamos diversos temas, preparando a criança para receber as lições específicas do PROERD, que são essas 17 lições que eu citei para a senhora. A gente trabalha... O forte é o 5º ano no Brasil inteiro. Na verdade, no mundo inteiro o forte é o 5º ano, porque são crianças que estão entre 9 e 11 anos. Existem estudos nacionais e internacionais que dizem que nessa faixa etária — e o PROERD trabalha muito essa faixa etária — a criança passa da influência familiar para a influência do meio externo. Então, o instrutor PROERD entra nesta fase dessa influência que a criança está sofrendo do meio externo. E aí entram as amizades, o próprio professor na escola, enfim...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E onde são feitos esses cursos? Vocês abordam nas comunidades? É através da escola mesmo? Vocês capacitam essas crianças na escola, fazendo palestras nas escolas, ou vocês também abrem pra fazer esse tipo de trabalho em outros órgãos?

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Sim. Na verdade, como é que se dá a tramitação disso: ou a escola solicita ou a gente verifica a necessidade daquele ambiente, a necessidade de se colocar um instrutor do PROERD lá. Mas a



escola, solicitando, ela manda um documento ou para o comando da corporação, e ele remete para a gente, ou diretamente para a coordenação do PROERD, solicitando que a escola seja inserida no grupo de escolas atendidas pelo PROERD. Isso se dá porque nós temos um convênio com as Secretarias Municipais de Educação. Então, qualquer escola de ensino público que não tenha o PROERD pode solicitar que um instrutor entre com as lições do PROERD. E essa lição entra no currículo, no plano, na grade curricular da criança. É um encontro semanal. Inclusive, durante esse encontro, uma vez por semana em cada turma, a professora da disciplina, daquela matéria que ia ser dada naquele momento... Eles fazem a adequação para a instrução do PROERD, mas a professora acompanha, fica o tempo todo acompanhando o instrutor, o policial militar do PROERD, que dá aula fardado.

E quando não há solicitação da diretoria e a gente verifica a necessidade de implementar o PROERD naquela escola, a gente mesmo faz um contato. O próprio instrutor daquela região faz o contato com a diretoria da escola e a gente começa..., a gente implanta o PROERD lá. A gente hoje atende todas as Unidades de Polícia Pacificadora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nesses 20 anos, vocês formaram 750 mil crianças, sendo 130 mil agora...

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Cento e trinta mil só neste ano, 2012.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Só neste ano, 2012.

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Ao longo dos 20 anos foram aproximadamente 740 mil crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - E vocês têm a estatística do antes e do depois nessas áreas?

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Prevenção é difícil de mensurar, não é. Atividade preventiva é difícil, mas nós temos diversas pesquisas no Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Minas que falam sobre atuação do PROERD nas escolas. E o bom, é muito bom saber, eu gosto muito de divulgar, que a gente só tem ponto positivo. Os pontos a crescer — a gente no PROERD não fala em ponto negativo, a gente diz ponto a crescer — é que eles pedem mais PROERD. Eles



dizem que a gente precisa de mais PROERD, que eles querem na totalidade, 100% das escolas atendidas. Aqui no Rio de Janeiro não foi diferente, a pesquisa apontou para isso: vários aspectos positivos, e o ponto a crescer seria que eles precisavam de mais. Eles queriam mais PROERD nas escolas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu fiz essa pergunta por causa do crescimento do *crack*. O *crack* tem sido uma praga em todo o Brasil.

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - É! E a gente tem uma lição específica sobre *crack*.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Então, eu queria a major pudesse falar um pouco em relação a isso, porque nós estamos vendo nossas crianças que nem uns zumbis nas ruas. E...

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Exatamente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - ...como está sendo essa prevenção em relação ao *crack*, uma droga barata? Porque esse PROERD é solicitado pela escola, mas, às vezes, tem crianças que estão fora da escola, tem que crianças que estão dentro da comunidade. E vocês não abrem, assim, para fazer... como, por exemplo, com as UPPs. Poderia ser aplicado nessas áreas pacificadas esse projeto. Eu acho que seria importante, e não só onde tiver uma escola. Nessas áreas pacificadas, vocês poderiam fazer um trabalho mais intenso, por quê? Muitas crianças dali eram vaporzinhos, pequenininhas — eles sabem disso. Eu cansei de subir morro e ver crianças de 5, 6 anos carregando armas. Eles faziam as crianças de mulas. Até nas mochilas escolares você achava droga. Faziam-nas descer com drogas... usavam as crianças.

Então, a minha preocupação é essa: a de se chegar até aonde o Poder Público não teve nesses anos todos uma atuação efetiva. Agora, chegar com políticas públicas voltadas para o combate às drogas, ao abuso sexual nessas comunidades pacificadas.

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - É! E trabalhar drogas com crianças é basicamente trabalhar a prevenção, isso é muito importante. Tanto a prevenção primária, quando não houve nenhum tipo de envolvimento com drogas, quanto à própria prevenção secundária e terciária, onde já há algum tipo de envolvimento. Mas, a prevenção é fundamental que se trabalhe. Mas, com relação à



aplicação do PROERD, a gente aplica nas escolas. Hoje, nós estamos aplicando em todas as escolas do entorno das UPPs, ou dentro — alguma escola que tenha dentro da UPP, que já esteja uma unidade pacífica, a gente aplica dentro da UPP, também. E quando não há escola, mas há solicitação em algum ambiente, a sociedade civil organizada nos solicita, alguma que não seja a escola, que de repente seja uma associação dos moradores que quer fazer um encontro em um clube, em uma igreja, a gente dá palestra, também. A gente dá palestra...

Nós temos, na verdade, três atuações simultâneas ao PROERD, uma delas é a gente trabalhar o lado lúdico das drogas. A gente tem a peça chamada *Fuja do Zé Tristeza*, uma peça infantil que a gente trabalha no Estado do Rio de Janeiro como um todo. E é uma peça incrível, dura cerca de 40 minutos, e há uma aceitabilidade! A gente, inclusive, trabalha agora no período de formatura, que geralmente acontece em junho/julho, novembro/dezembro, a gente trabalha, leva a peça nas formaturas, e as crianças vibram, participam. E é muito legal ver a criança do lado da Polícia Militar. A criança da comunidade do lado do policial. Eles aparecem com um galinho, — é aquela coisa lúdica mesmo! —, o policial, que é PO(?) e o que é AP(?)... Eles com um galinho, assim, andando para chegar perto do Zé Tristeza, que é quem está vendendo droga na porta da escola, e aí perguntam... O Zé Tristeza pergunta: "*Oh, crianças, vocês vieram algum policial por aqui? Tem algum policial?*" E elas: "*Não!*" E o galinho está lá... o policial atrás do galinho. Então, elas participam do lado da polícia em unidades que até há pouco tempo estavam dominadas pelo tráfico. Isso que é o incrível, não é? E o Comandante da Corporação vai ter — lógico que a honra vai ser dele, mas o meu grupo já está trabalhando... mas o Comandante Coronel (*ininteligível*) vai lançar daqui a algum tempo — eles já estão trabalhando nisso, a nossa equipe teatral, que é o grupo teatral Disse Que, já está trabalhando uma peça aqui, de primeira mão — uma peça específica sobre o *crack*. Eles já estão trabalhando... Já tem uma peça pronta sobre o *bullying*, e a gente já está trabalhando... Eu já os botei pra trabalhar numa peça específica sobre o *crack*. Eu tenho certeza de que vai ficar fantástica, tanto quanto a do Zé Tristeza. O sucesso do Zé Tristeza foi enorme! E a outra: a gente trabalha também um teatro de fantoche que... As crianças fazem o teatro nas escolas, as crianças falam sobre a questão das drogas. Então, elas são os atores do teatro. É muito legal ver esse engajamento



das crianças. E nós temos também uma participação que é muito legal, que é o Coral do PROERD, que trabalha a questão musical.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É feito com crianças ou com adultos?

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - Não! Geralmente são os adultos os instrutores. Mas, quando a gente é solicitado a participar, a gente geralmente tem grupos de crianças que a gente trabalha. A gente ensaia com crianças.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Está bem, Major Patrícia.

Vocês querem acrescentar alguma coisa mais? *(Pausa.)*

Agora vamos falar da rua...

O SR. CLAYTON HELAL ALVARENGA - Boa noite, eu sou o Tenente Alvarenga, do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas. Eu sou o responsável pelo setor de operações, instruções e planejamento. Vou contar um pouco do meu trabalho no BPTUR e a nossa experiência com estatística envolvendo turista estrangeiro. Nossa missão precípua no Batalhão é o atendimento ao turista estrangeiro, seja na proteção ou no auxílio com informações; encaminhamento, em caso de ele ser vítima de algum crime ou acusado.

E em relação à prostituição, o turista estrangeiro geralmente ele se envolve é com travestis, com mulheres, pessoas adultas. Dificilmente você irá ver um turista estrangeiro com menores. Se tiver, é através de intermediários, que é uma coisa muito difícil de combater com polícia ostensiva. Muito difícil!

Como é que se dá nossa estatística? Nossa estatística se dá de duas maneiras: através de informações, através da Delegacia Especial de Atendimento ao Turista. Em consulta aos mesmos, eles não me passaram nenhuma informação de turista estrangeiro envolvido com menores. Essa informação a senhora pode conseguir com a Delegacia de Combate, Delegacia de Atendimento...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. CLAYTON HELAL ALVARENGA - Não! Um minuto: DPCA e DCAV, nessas duas a senhora pode conseguir essa informação.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. CLAYTON HELAL ALVARENGA - Não. Na de turismo, não tem. Qualquer crime envolvendo menor, contravenção penal ou ato infracional vai para DPCA e DCAV.

Então, voltando ao assunto, o nosso Batalhão não tem essa estatística de estrangeiro envolvido com menores. A prostituição que existe envolve o estrangeiro com maiores. O tipo de crime que a gente atende, eu vou explicar para vocês: estelionato, quando o turista leva o golpe Boa Noite, Cinderela, em que se envolve com alguém e a outra pessoa, acusada, põe um veneno, um remédio na bebida e a pessoa dorme, e rouba cartão de crédito, o telefone; problema na hora de sacar dinheiro no caixa eletrônico. O caixa eletrônico está com o dispositivo adulterado, que pega a senha da pessoa que o usa; problema também de lesão corporal, que acontece na orla. Às vezes, o turista estrangeiro é vítima de tentativa de roubo, de furto.

Bem, voltando ao assunto turista estrangeiro. Então, o problema maior em relação à prostituição não está com o turista estrangeiro. A prostituição que acontece, a infantil, geralmente é em áreas carentes, pobres, não em áreas turísticas. Eu, com a experiência do 4º Batalhão, em São Cristóvão... Nas proximidades, por exemplo, da Quinta da Boa Vista, você vai ver muitos usuários de *crack*, menores, se prostituindo. Então, é um problema aqui no Estado que envolve mais os nacionais, os cidadãos cariocas, e não o turista estrangeiro. E mais, em relação ao nosso Batalhão, se nós recebermos algum tipo de denúncia relativa a turismo sexual, isso vai ser encaminhado ao setor de inteligência, e o setor de inteligência vai investigar. Porém, esse tipo de crime geralmente nunca chega ao nosso Batalhão — o nosso Batalhão atende muito a turista estrangeiro —, vai chegar geralmente a um batalhão da área, que cobre a área. No caso, por exemplo, o meu batalhão fica em Copacabana, e geralmente os batalhões vão receber essa ocorrência; ou então essa ocorrência vai direto para a delegacia, para ser investigado por lá. Geralmente vai para a delegacia. Dificilmente esse tipo de ocorrência, envolvendo menor, prostituição ou exploração sexual pelos pais ou familiares chegam ao batalhão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Nós temos algumas denúncias no sentido dessas casas de massagem, chamadas “termas”... chamadas “termas”, e



que se tem encontrado adolescentes nessas casas. Recentemente até a 12ª teve um caso, e foi entendido que não havia crime. E nós recebemos também, durante a estadia aqui, que na Vila Mimosa — é a terceira denúncia só esta semana —, de que ali se encontram menores envolvidos sendo explorados sexualmente.

Eu gostaria de saber se vocês aqui — não é da sua área, mas eu estou fazendo, aqui, para a Polícia Militar, até aqui do Centro, perto daqui, no Estácio —... se vocês já fizeram algum tipo de batida ali, se realmente foi constatada alguma dessas incursões policiais lá, e lá vocês encontraram menores, mesmo, para que a CPI, se for fazer algum tipo... pedir algum tipo de incursão nessa área — nós já falamos até com a Dra. Marta Rocha, e ela ficou até de verificar —... Nós queríamos saber se vocês, nessas casas,... se vocês têm algum tipo de notícia, principalmente ali em Copacabana. Tem aquela — como é o nome daquela casa? —, a Ebony...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não! Na antiga Help. Foi... Isso aqui é da Centauros. É uma casa que tem ali, é boate...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Não, não... É outra, que fica na Nossa Senhora de...

(Não identificado) - Balcony.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É Balcony, é Balcony, essa!

(Não identificado) - Fica na Avenida Atlântica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso. Esse aí é da sua área. Se vocês têm notícias de que haveria menores ali envolvidos, ali na área, se tem alguma... vocês estão na rua, então vocês sabem, ficam ali e veem se faz sentido isso.

O SR. CLAYTON HELAL ALVARENGA - Veja bem, apesar de o meu batalhão se localizar em Copacabana, ele atende as áreas de especial interesse turístico, como as portas de entrada e saída do turista, que são os aeroportos, a rodoviária, também o Cristo Redentor, a orla de Copacabana, Ipanema, o bondinho do Pão de Açúcar. Com relação à Copacabana, existe o 19º Batalhão, e, com certeza, o setor de inteligência do 19º Batalhão recebe essas denúncias de prostituição, exploração sexual, e vai saber informar melhor a senhora. Mas eu já vi



operação do 19º Batalhão combatendo casa de prostituição em Copacabana, isso eu tenho certeza, possa afirmar à senhora que tem, sim, tem combate.

(Não identificado) - *(Inaudível)* ...tem combate. Tem encontrado menores *(Inaudível.)*

O SR. CLAYTON HELAL ALVARENGA - Agora, eu não posso afirmar se encontrou menores. Isso! Eu não lembro, não me lembro dessas ocasiões que foram encontrados menores.

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Boa tarde. Meu nome é Ana Elisa, eu sou assessora do Deputado Federal Jean Wyllys. Primeiro, eu gostaria de pedir desculpas, infelizmente ele não pôde estar aqui, porque ele está presente hoje na Comissão da Verdade, em Brasília, onde está tendo a devolução dos mandatos, simbolicamente, cassados na época da ditadura. Então, infelizmente, ele não pôde estar, e eu o estou aqui representando,

Eu gostaria de fazer umas perguntas, mas eu gostaria de fazer principalmente quatro colocações aqui: a primeira colocação que eu gostaria de fazer é perguntar à Tenente — à Major Patrícia, desculpa! — ...à Major Patrícia: de que maneira que vocês abordam, dentro do curso que vocês fazem com as crianças, a homossexualidade; se vocês abordam, se esse é o caso ou não. Aí eu gostaria só de fazer uma colocação. É a gente não usa mais o termo “homossexualismo”; a gente usa homossexualidade, porque o termo “homossexualismo” remete a doença, como se fosse uma doença mental — e não é, exatamente. Então, é só para deixar... Porque é sempre bom a gente mudar a linguagem, até na nossa cabeça mesmo, para a gente não reproduzir esse tipo de opressão.

A outra colocação que eu gostaria de fazer — que eu já fiz em outra audiência pública que a gente realizou, falando no nome do Deputado Jean Wyllys — é da nossa profunda tristeza de saber que existe um batalhão de polícia para turista que afirma, com todas as palavras, que não existe prostituição infantil.

Antes de continuar nesse assunto, eu queria dizer também que prostituição infantil não existe realmente. De fato, ela não existe, porque prostituição é um ato de uma pessoa absolutamente capaz que ela escolhe, elege esse caminho. Então, quando a gente fala... É exatamente por isso que a CPI se chama CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Justamente a prostituição não é



crime e ela só pode ser exercida por absolutamente capazes. O que a gente está falando aqui é de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós temos denúncias, do centro da cidade de Copacabana, de Ipanema, de uma rede de exploração sexual. Nós temos denúncias de pacotes turísticos que são vendidos para fora do País, de turismo sexual com crianças e adolescentes nossos.

Então, eu estou realmente muito triste de saber que o batalhão da Polícia Militar que cuida de turista, ele cuida dos turistas, ele não cuida das nossas crianças que são vítimas de infrações dos turistas. Isso é muito triste. E é ainda mais triste saber que um tenente da polícia militar está falando que não existe, de fato, esse tipo de crime em Copacabana, que ele existe em outros lugares.

Não sei se o que está acontecendo é porque esses crimes não estão chegando até vocês. Então, assim, a denúncia não vai diretamente para vocês, vai para outras delegacias. O que pode estar acontecendo pode ser isto: as denúncias não chegam até vocês, chegam a outros lugares.

Se for esse o caso, eu acho que seria, talvez, interessante, a gente conseguir conversar e formar uma rede com as instituições da polícia, outras instituições da polícia que cuidam desses casos. Então, de repente, uma parceria com a 12ª Delegacia, que a gente visitou, porque esses crimes, sim, de fato, acontecem e, sim, por turistas brancos que estão ingressando no nosso País.

A outra coisa que eu gostaria de perguntar é se a Polícia Militar recebe algum tipo de demanda do Disque Denúncia daqui do Rio de Janeiro, que é aquele número que eu não sei qual é exatamente, mas que termina com 1177.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - 2253

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Isso. Aí eu gostaria de saber se vocês recebem essas denúncias e se vocês têm efetivo suficiente para atender a todas as demandas do Disque Denúncia.

A SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - Bom, primeiro, eu vou dizer a você que a Polícia Militar é preventiva e ostensiva. Ninguém disse que não existe. A gente disse que não existe na rua.

Então, eu falei aqui para a Deputada, logo de início, que isso é um trabalho de investigação. Então, se nós recebemos uma denúncia de que existe algum local com prostituição infantil, a gente vai até lá, vai verificar. Se houver o caso, a gente vai



prender e vai conduzir à delegacia. Ninguém disse que não existe. A Polícia Militar tem ciência e, principalmente, nos Estados do Nordeste que a gente ouve falar e está mais claramente e até nas ruas.

Então, aqui a gente não está dizendo que não existe; está dizendo que a gente não trabalha, porque a Polícia Militar é ostensiva. Então, enquanto a gente não encontra na rua, a gente não vai dizer que existe. Só exatamente com a investigação.

E, em relação ao Disque Denúncia, a gente recebe muitas denúncias, mas voltadas para a Polícia Militar todas são apuradas. Agora, se a gente recebeu alguma denúncia dessa natureza, a gente vai até onde é missão da Polícia Militar. A partir dali, a gente passa para a Polícia Civil. E a gente trabalha em parceria, porque até um complementa o serviço do outro. Onde a gente para, a Polícia Civil começa.

A outra pergunta que você fez, do PROERD. Mas tem uma outra coisa. Foram quatro colocações.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. KÁTIA NERI NUNES BOAVENTURA - Ah, então é com ela também. Então, só para você, quando você for colocar, para você ter cuidado, porque a gente está trabalhando diretamente na rua e você fez uma colocação que a gente não fica feliz, não é, porque a gente trabalha muito.

A SRA. PATRÍCIA LIMA DE CARVALHO SERRA - É, basicamente, a questão da nomenclatura, a gente tem que estar sempre bem atento logicamente às nomenclaturas, mas quando ela entra como força de lei ou uma normatização específica, tanto no Direito Interno quanto no Direito Internacional, a gente, logicamente, vai se adaptar a essas nomenclaturas.

Por exemplo, vou citar o caso da Portaria Interministerial nº 4.226, que fala sobre o uso diferenciado da força. Hoje, a gente não trata mais de UPF e, sim, de UDF. Mas quando existe uma normatização, por exemplo, a questão do homossexualismo ou homossexualidade, a gente sabe que o homossexualismo ou a homossexualidade não é caracterizada como doença. Isso daí é claro, todo mundo sabe. Inclusive a Associação Brasileira de Medicina afirma que realmente o homossexualismo não é uma doença. Mas a questão da nomenclatura em si,



realmente não tem nenhuma legislação ou normatização específica sobre isso, porque, com certeza, eu saberia, mas a gente tenta se adaptar.

Inclusive, a questão do menor. Não se chama hoje a criança e o adolescente de menor e, sim, menor de idade. Você pode se referir a ele como menor de idade, mas ele não é mais um menor; ele é uma criança ou adolescente.

A questão do deficiente também, não é uma deficiência. Eles não portam uma deficiência, não são portadores de deficiência. Eles são deficientes, ponto. Então, com certeza a gente está sempre se adaptando a essas questões da nomenclatura, pra gente realmente falar a linguagem correta, mas é lógico que a gente só vai se adaptar bem melhor se houver alguma normatização.

E a questão da abordagem, a gente não trata, não é lição do PROERD tratar a questão da homossexualidade. Mas é lógico que quando a gente se depara com algum tipo, alguma situação que envolve essas questões específicas, a gente sabe trabalhar, mesmo porque, nas ementas, como eu já falei, quando a gente aborda a questão do trato, com um grupo socialmente vulnerável, a gente trata a questão da comunidade LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis. Inclusive o policial ele é orientado. Até mesmo nessa cartilha, a gente orienta o seguinte: *“Olha, você, quando abordar alguém, um cidadão, um ser humano dessa comunidade LGBT, você tem que solicitar como ele quer ser tratado”*.

Então, a gente não sabe se ele é um transexual, se ele um travesti, se ele é operado, se ele não é operado. O que a gente sabe é que o travesti ele sabe que ele é homem, mas ele quer se entender como mulher, mas ele tem a plena convicção de que ele é um homem. E o transexual, não. O transexual ele quer ser entendido como uma mulher, ser visto como uma mulher, e ele se entende como mulher. Então, na questão, inclusive, da abordagem da atuação policial, ele quer ser abordado — só que ele não pode exigir —, mas ele quer ser abordado inclusive por uma policial feminina. E a gente orienta isso. Só que ele não pode exigir, lógico, né? Isso, caso haja possibilidade, uma mulher deve ser abordada por uma policial feminina. Caso não haja possibilidade, ela vai ser abordada por um homem, como a policial feminina também aborda o homem. É por aí.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Eu queria só fazer uma colocação. Você iniciou a sua fala com relação à prostituição, que a prostituição não



é crime. Correto, só que a exploração é, e o favorecimento também. Então, pra Polícia Militar, que atua nesse universo, fica difícil estabelecer uma distinção com relação a favorecimento e exploração. Como é que você vai caracterizar o favorecimento e a exploração? Ela pode se dar com maiores de idade, que estão ali trabalhando, mas sendo explorados indiretamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Ontem nós tivemos um caso desse, em que nós tivemos que esperar um delegado pra poder liberar todo mundo, porque ali foi encontrado um livro, em que naquele livro de ocorrências se falava, se caracterizou a exploração sexual daquelas meninas, porque estava ali o livro com valores de quanto que tinha que dar pra cada uma e quanto que ficava pra casa. Em cada programa de 20 minutos, 35 reais vão pra menina e 15 iam pra casa, em condições péssimas o local, até pra saúde delas mesmo. E ali nós nos deparamos com isso, porque, se fosse uma casa normal de *show*, que não estivesse caracterizada, não seria crime. Mas o crime estava de elas estarem morando ali, com as malas dentro daquela casa, sendo pagos alimentos e tudo pra aquelas meninas, e eles cobrando em cima de cada programa delas uma porcentagem. Então, aí a Polícia Civil fez lá os trâmites de que eles entenderam, mas, nessa questão, porque a gente sabe que a prática, a exploração e o uso rufianismo são crimes, e nós temos que combater.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ DE ALCÂNTARA - Ainda com relação à prostituição infantil, você fez uma colocação assim bem interessante, com relação ao ato de se prostituir — a gente não discute aqui. Só que, como a Coronel Kátia falou, a Polícia Militar ela faz uma polícia preventiva de preservação da ordem pública. Então, olha a dificuldade que você tem de dar um flagrante com relação a uma situação específica dessas. Toda vez que a Polícia Militar é demandada com relação a denúncias de exploração sexual de crianças e adolescente, você não tenha dúvida nenhuma, a corporação, em momento nenhum, ela se omite, em momento nenhum ela posterga. Ela, se tiver que atuar, ela atua de imediato. Só que essa atuação ela tem que ter uma motivação. Para um policial fardado na rua, é difícil ele ter essa percepção. Então, por isso que nós temos atividade de inteligência, temos o policiamento que trabalha em trajes civis. E, logicamente, como a Coronel Kátia falou, a parceria com a Polícia Civil, que é a Polícia Judiciária; ela



que faz a investigação. Então, essa parceria ela existe, ela ocorre mesmo, só que a gente sabe que hoje em dia a velocidade de mudança, das transformações aí de Internet, redes sociais, cada hora surge um fato novo, a cada hora surge uma situação nova. E a gente... Logicamente, a Polícia Militar acompanha essas evoluções, só que a atividade de investigação é uma atividade que não está totalmente afeta à Polícia Militar. A Polícia Militar tem atividade de investigação, sim, agora não voltada para esse tipo de conduta.

A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA - Só queria deixar claro uma coisinha aqui.

Eu sei que vocês fazem um trabalho muito bom, inclusive os dados que a gente recebeu sobre estupro, eu não sei se eu fico feliz ou fico triste, porque eu acho que talvez o aumento dos casos pode ser um aumento de denúncia, e não aumento de caso. E isso pode refletir num trabalho muito positivo que a polícia tem feito. Então, eu não estou aqui pra criticar vocês, não é nada disso. Eu acho que o trabalho de vocês é efetivo e que vocês têm que estar presentes nas ruas, sim, porque as mulheres continuam... Violência doméstica, abuso sexual, estupro, a gente vê tudo isso.

Mas só pra não parecer assim que eu estou inventando, eu escrevi exatamente: *“A prostituição com estrangeiros acontece entre maiores”*. Dificilmente você vai ver um turista com menor para fins sexuais. Nem estou atacando, não, é só pra gente tomar cuidado também de quando a gente vai falar isso pra não parecer que as coisas não existem, porque eu acho que a dificuldade de combater esse tipo crime é porque a gente esconde também, a gente não fala.

A gente está vendo aqui, a Deputada Liliam Sá é a única Deputada que está acompanhando a CPI. Então, já é muito difícil conseguir mobilizar. A imprensa a gente não consegue mobilizar. Então, eu acho que é perigoso a gente usar esse tipo de frase, essas palavras, porque a gente acaba escondendo o que já é muito escondido e muito difícil de combater.

O SR. MARCUS FERREIRA - Só complementando aí o que você falou, quando você implanta uma UPP, diversos fatos começam a ser noticiados à polícia que antes não eram. Então, às vezes você tem... *“Ah, depois que implantou a UPP, aumentou a quantidade de crimes”*. Aumentou a publicidade desses crimes,



aumentou a comunicação à polícia desses crimes. Então, com certeza, vocês vão na Rocinha, aquele é um exemplo. Um caso daquele, enquanto aquele território estivesse dominado pelo crime, não ia aparecer.

(Não identificado) - Não ia aparecer.

O SR. MARCUS FERREIRA - Na maioria da UPPs, cresce as denúncias de violência doméstica. Enquanto aquela área está dominada pelo crime...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCUS FERREIRA - Também. A esposa apanha do marido e fica por isso mesmo. Ela vai reclamar pra quem? Para o traficante?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Antigamente ia para o tribunal do traficante.

O SR. MARCUS FERREIRA - Pois é. É uma coisa que aumenta muito assim que a UPP é isso: é ameaça, é violência doméstica. Com certeza, vários casos, possivelmente de exploração sexual, devem aparecer também. Não analisei a área específica de UPP, mas, com certeza, devem aparecer também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Seria bom até deixar aqui como sugestão da CPI que vocês pudessem, de repente, fazer uma pesquisa em relação às UPPs.

O SR. MARCUS FERREIRA - Vai sair um relatório também.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - O antes e depois, pra gente saber a situação até das crianças, que antes tinham como ídolos os traficantes. E hoje elas acostumaram e começaram a ter admiração...

O SR. MARCUS FERREIRA - *(Ininteligível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - *(Risos.)* É verdade, bacana. É saber que a polícia está do lado dela, mas que a polícia não era pra bater em moradores e nem em bandidos, que era essa imagem que a Polícia Militar tinha antigamente.

Eu trabalhei um tempo — fui Vereadora de 3 mandatos —, trabalhei muito dentro das comunidades. Então, era essa a realidade. As crianças tinham medo até de se aproximar da polícia, porque aquelas incursões policiais, principalmente...

Eu lutei muito, eu pedi muito ao Governador que não fossem feitas aquelas ações policiais na hora do horário escolar. E aí eu sempre recebia a resposta



seguinte, que não se podia planejar uma ação. Teria que ser na hora que o Serviço de Inteligência da Polícia achava que era certa aquela ação. Mas geralmente se dava no horário escolar.

Teve aquela lá na Vila Cruzeiro, quando ficaram encurraladas aquelas 500 crianças dentro da escola, e eu desesperada, com a diretora ao telefone, e ligando para o Comando Geral da Polícia, ligando para o batalhão da área. E aquilo ali foi uma loucura. As crianças todas abaixadas, e o tiro comendo. Aquilo ali era horrível, aquela... Como é que fala... digo... ali, era... a...

(Não identificado) - Faixa de Gaza.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Faixa de Gaza, né? E as crianças sofriam muito com isso. Nós perdemos crianças, várias crianças em comunidade, vítimas de balas perdidas no confronto de policiais com bandidos.

Então, a gente tem que dar graças a Deus de ter se pacificado as comunidades, de poder dar uma garantia para que essas crianças possam brincar livremente na rua, soltar pipa, jogar bola. E o pais também se sentirem seguros de que uma bala, não vai haver um confronto, e uma bala vai pegar a sua criança.

E vocês têm que trabalhar efetivamente na questão das UPPs para que isso não retorne, porque está havendo alguns casos, né? Combater mesmo esse crime organizado, combater mesmo a marginalidade, o tráfico de drogas, que leva e ceifa a vida de tantas crianças.

E, no nosso caso, que especificamente nós trabalhamos combatendo a exploração sexual infanto-juvenil aqui no Rio de Janeiro, não é a nossa realidade assim visível, total. Na Zona Sul, já teve muito... A nossa realidade agora é em áreas carentes da Zona Oeste, Campo Grande, Santa Cruz. Nós já tivemos casos aqui no CEASA, que nós vimos crianças de 9 anos se prostituindo. Em Santa Cruz, meninas estavam vendendo o corpo por 2 reais; em Nova Sepetiba, em Nova Sepetiba. E isso entristece a gente, porque era 50 centavos para ela e 1,50 para o explorador. E isso nós vimos na CPI que nós realizamos aqui no Rio de Janeiro.

Então, a gente fica entristecida e sabe que se existe aquilo e não foi combatido, deve estar mais forte essa rede, né?



Na época se tentou, ainda se pegou... Uma quadrilha foi presa ali em Campo Grande aliciando, ali perto da Light, acho que vocês se lembram disso. Depois, outra em Jacarepaguá, que foi desbaratada, né?

O SR. MARCUS FERREIRA - Perto da descida da... (*ininteligível*) da igreja.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Isso. Mais de 15 pedófilos, nessas operações que vocês fizeram na época, foram presos.

Então, nós temos a obrigação de combater esse crime. Demos a nossa contribuição passada e queremos dar a nossa contribuição agora, no presente.

E eu quero esclarecer uma coisa: criança não se prostitui, ela é prostituída. Tem sempre alguém por trás disso, que fez a cabeça dessa criança, ou é para que ela... É um mercado que movimenta mais... Isso foi um dado da SAFERNET, que trabalha com essa questão de crime na Internet, essas coisas. Diz que nós temos *sites* pornográficos que movimentam, são *sites* clandestinos que movimentam de 70 a 90 milhões de dólares por mês com a pornografia infantil, com esses *sites*, com esses filmes, e que vêm para o Brasil. E que estão hospedados lá nos Estados Unidos, fora, mas o dono desse *site* está aqui dentro.

Então, nós temos que combater.

Eu quero agradecer ao Comando Geral da Polícia Militar por ter nos recebido, aberto a agenda de vocês.

Eu quero deixar aqui o nosso apreço ao Comandante Eirir Ribeiro.

Agradecer à Coronel Kátia, foi muito bom conversar e saber que tem mulheres à frente de um trabalho tão importante, a gente já não se sente tão solitária, tão sozinha, né; à Major Patrícia, no combate às drogas; o trabalho da PROERD é um trabalho muito importante, que dê continuidade, continue nessa campanha e trabalhando pelos direitos humanos de crianças e adolescentes; ao Tenente-Coronel Marcus, e já fica aqui registrado que o senhor trabalha no Instituto de Segurança Pública e vai fornecer para a CPI esta pesquisa.

O SR. MARCUS FERREIRA - Só deixar o contato.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Foram muito bom esses dados que o senhor nos entregou. A gente só ficou assustada com esse caso de estupro.

Estamos vendo aqui que a violência intrafamiliar continua crescendo, cada vez mais, no Rio de Janeiro. Nós temos que combater isso. Para se combater isso,



nós precisamos de políticas preventivas, precisamos do auxílio de vocês também e precisamos, também, fazer um trabalho com as famílias, a conscientização das famílias. Isso é muito importante, até para que uma mãe possa se prevenir, em uma situação dessa. E que os serviços públicos, todos os seus órgãos que trabalham com criança e adolescente, na defesa e na promoção de defesa dos direitos da criança e do adolescente, possam estar mais entrosados, possam estar mais ligados.

Nós queremos que, depois desta CPI, saiam algumas ideias, e que essas ideias virem projeto de lei e sejam, realmente, de uma maneira que possa mudar, que não seja só aquele paliativo, mas que possa mudar um pouco a situação das nossas crianças e adolescentes, como foi a outra CPI, que tinha como Presidente a Patrícia Saboya. Nós temos como Presidente a Deputada Erika Kokay, militante na área de direitos humanos, uma pessoa muito humana e muito ligada nessa questão da criança e adolescente. Também a Maria do Rosário, que é a nossa Ministra de Direitos Humanos, que foi a Relatora. Hoje eu estou sendo a Relatora desta CPI.

Então, eu quero agradecer, também, ao Coronel Alcântara. Vou também ficar aguardando a sua visita. O senhor me prometeu, para ver essa questão previdenciária, que é um outro assunto, já é um assunto parlamentar. De repente, uma audiência pública, que nós podemos até, de repente, discutir dentro de uma Comissão. E ao Primeiro-Tenente Alvarenga. Gostaria de agradecer a todos vocês.

Não havendo mais nada a acrescentar, só parabenizar o trabalho de vocês, essa virada que deu a Polícia Militar.

Que vocês continuem fazendo esse trabalho, para mostrar à população que polícia não é bandido, que a polícia está ali para combater o crime e para dar segurança às pessoas que estão nas ruas.

Que Deus abençoe vocês, proteja, guarde e livre de todo o mal. É o que desejo a vocês.

Muito obrigada por esta audiência.

Está encerrada.